

Uma análise da prática pedagógica de professores de música na perspectiva da Educação Inclusiva

Crislany Viana da Silva

Universidade Federal de Pernambuco
crislany_viana@hotmail.com

Cristiane Maria Galdino de Almeida

Universidade Federal de Pernambuco
cmgabr@yahoo.com.br

Resumo: A presença de alunos com deficiência inseridos em classes comuns da escola de educação básica é crescente. Em decorrência disso, muitos professores de música estão a conviver com essa realidade em sua prática docente. A partir desta problemática, propomos o presente projeto de pesquisa, cujo o principal objetivo é investigar as possibilidades e desafios da prática pedagógica desenvolvida por professores de música no ensino de crianças com deficiência incluídas em escolas regulares. A metodologia será constituída por observação das aulas de professores de música em salas de aula de escolas de educação básica que tenham alunos com deficiência incluídos, para análise de suas práticas pedagógicas, e ainda, entrevistas com os mesmos. Neste trabalho encontram-se a metodologia e a fundamentação teórica inicial da pesquisa.

Palavras chave: Prática Pedagógica, Educação Musical, Educação Inclusiva.

Introdução

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), senso demográfico de 2010, o Brasil tem 45,6 milhões de pessoas com deficiência. Ou seja, dos 190 milhões de brasileiros, aqueles com pelo menos uma deficiência, seja visual, auditiva, motora ou mental, somam 23,9%. Destaca, ainda, que a Região Nordeste registra os maiores níveis para todas as deficiências. Em decorrência disso, leis, decretos e portarias têm sido promulgadas para o estabelecimento da inclusão de pessoas com deficiência nos vários eixos da sociedade brasileira, inclusive no que diz respeito ao direito à educação. O acesso à educação gratuita aos educandos com deficiência é garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDBEN), no inciso III do Artigo 4º. Nele, lemos que

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

III – Atendimento educacional gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996, p. 2).

Ao tratar sobre esse atendimento, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica afirmam que todas as crianças devem, sempre que possível, aprender juntas em classes comuns, independentemente de suas dificuldades ou diferenças (BRASIL, 2001, p. 16). E ainda, segundo a Declaração de Salamanca, as "escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras" (UNESCO, 1994).

No artigo 59º da LDBEN fica assegurado o direito a currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às necessidades dessas pessoas, assim como a capacitação de professores para o atendimento especializado ou para a integração desses alunos nas classes comuns (BRASIL, 1996, p. 22).

Por outro lado, a Lei nº 11769, de 18 de agosto de 2008, que altera a LDBEN, inclui a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas e, por isso, atualmente, já existem muitos professores de música inseridos nas escolas de educação básica, sejam elas públicas ou privadas. A presença de crianças e adolescentes com deficiência no ambiente escolar é crescente e todos os professores, inclusive os de música, precisam estar preparados para recebê-los e incluí-los em todas as atividades propostas em sala de aula e em todos os estágios do processo pedagógico, pois a LDBEN ainda assegura ao aluno com necessidades educativas especiais, professores do ensino regular com especialização adequada e capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. Há, também, a Portaria 1793/94, que recomenda a inclusão da disciplina "*Aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais*" prioritariamente em todos os cursos de licenciatura. Rabêllo (2009, p. 348) afirma que

A formação inicial do professor nos moldes atuais geralmente não considera as necessidades emergentes do sistema de ensino. Com a

democratização do ensino e com a proposta de inclusão de todos os alunos em classe regular, as escolas estão atendendo uma grande diversidade de pessoas de classes sociais, etnias e necessidades educacionais diferenciadas, embora os professores reclamem da ausência de conteúdos na formação inicial e continuada que deem conta dessas demandas.

Como os professores de música têm agido ao se deparar em sala de aula com alunos com necessidades educacionais especiais? Como é a prática pedagógica desses professores? Será que mesmo sem uma prévia capacitação, sua prática está sendo sensível às necessidades do aluno incluído? É a partir dessas indagações que propomos o presente projeto de pesquisa, cujo o principal objetivo é investigar as possibilidades e desafios da prática pedagógica desenvolvida por professores de música no ensino de crianças com deficiência incluídas em escolas regulares.

Metodologia

Para alcançarmos os objetivos propostos, a pesquisa será descritiva, com análise qualitativa dos dados e com características de um estudo de caso. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 70), na abordagem qualitativa “a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo no campo.” Assim, como campo empírico, utilizaremos salas de aula que tenham alunos com deficiência incluídos em escolas de educação básica. Esses alunos poderão ter qualquer deficiência: física, intelectual, auditiva, visual, múltipla, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades. Desta forma, a metodologia da pesquisa será constituída de duas etapas.

A primeira etapa consistirá na observação das aulas dos professores de música dessas turmas para análise de sua prática pedagógica. A observação levará em conta todos os procedimentos e ações dos professores que favoreçam ou não a inclusão. A forma de registro das observações será o diário de campo. Em seguida, as anotações serão analisadas e confrontadas com a fundamentação teórica adequada.

A segunda etapa se baseará em entrevistas semiestruturadas com os professores participantes, com a intenção de saber suas concepções sobre a inclusão de crianças com

deficiência em classes comuns da escola regular, sobre a educação musical inclusiva, sobre a sua própria prática pedagógica e informações sobre a sua formação docente, inicial e continuada. Os depoimentos serão registrados com um gravador de áudio e, posteriormente, transcritos e analisados para contribuir com os resultados finais da pesquisa.

Fundamentação Teórica

A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência define deficiência como “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social” (BRASIL, 2001). Como por exemplo, a deficiência intelectual (retardo mental, *Síndrome de Down*, *Síndrome de Rett*, autismo, entre outras), física, auditiva, visual, múltipla, transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades. As pessoas que convivem com essas deficiências, segundo o Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), constituem o público alvo da educação inclusiva.

Podemos definir a educação inclusiva como uma proposta de inserção de todas as pessoas na escola regular de forma igualitária, dando-lhes acesso a todos os bens necessários para um bom desempenho acadêmico. Sobre o seu objetivo, Rabêllo expõe:

O objetivo da inclusão é de socialização e educação efetiva de todos os alunos. Em outras palavras, significa extensão de oportunidades iguais para todos, permitindo que todos possam fazer amizades, mudando o pensamento estereotipado sobre as incapacidades, fortalecendo em todas as habilidades de socialização; significa também auxiliar o aluno a dominar habilidades e conhecimentos necessários para a vida futura, tanto dentro quanto fora da escola, o que inclui o conhecimento em arte. A inclusão visa então oportunizar a aprendizagem social e o desempenho acadêmico bem-sucedido de todos os alunos. (RABÊLLO, 2009, p. 351).

O professor da educação básica precisa desenvolver competências para atuar com os alunos com deficiência em qualquer etapa ou modalidade de ensino (MARTINS, 2012, p.

29-30). Dentro dessas modalidades, está incluída a educação musical e segundo Louro (2012, p. 70), incluir alunos com deficiência no ensino musical comum exige estratégias alternativas e um tempo de aprendizado maior que o dispensado aos alunos sem deficiência. Muitas vezes, a falta de preparo e informação impede que o professor desenvolva uma prática pedagógica que seja sensível às necessidades do aluno incluído (PLETSCH, 2009, p. 148). Louro (2012, p. 43) afirma que não existe um guia de procedimentos padronizados para uma prática pedagógica inclusiva, mas, que existem alguns caminhos e possibilidades para se alcançar bons resultados. Os pré-requisitos são: “Quebra das barreiras atitudinais; Conhecimento mais profundo das deficiências; Conhecimento pormenorizado do aluno; Intercâmbio de informações; Definição clara e realista das metas pedagógico-musicais; Estratégias diferenciadas para as aulas e avaliações” (LOURO, 2012, p. 43).

Para que isso seja possível, o professor precisa preparar-se antecipadamente, ser criativo, pois o ensino musical a alunos com deficiência sempre exigirá adaptações, bom planejamento e organização.

Tomando a formação inicial e continuada do professor como as responsáveis pela construção dos saberes docente e para o aperfeiçoamento da prática pedagógica, refletir sobre diversidade da formação inicial de professores de música é algo urgente quando se quer tratar essa formação em toda sua complexidade (ALMEIDA, 2010, p. 51). Da mesma forma, há urgência na reflexão da formação continuada desses professores que é fundamentalmente necessária para o aprimoramento da qualidade de sua prática.

Considerações Finais

Com o desenvolvimento dessa pesquisa pretende-se contribuir para a expansão do conhecimento sobre a prática pedagógica da educação musical inclusiva e, principalmente, para a reflexão sobre a importância deste assunto na formação docente dos professores de música.

Pletsch (2009, p. 153) indica a necessidade de mudança de certos pensamentos e concepções preconceituosas a respeito da Educação inclusiva, possibilitando aos professores o conhecimento da proposta para um eficaz atendimento aos alunos com deficiência. Por

isso, faz-se necessário analisar e refletir a prática pedagógica do professor de música, assim como tentar buscar alternativas de solução para os possíveis déficits na sua formação.

Referências

ALMEIDA, Cristiane Maria Galdino de. *Diversidade e formação de professores de música*. Revista da ABEM, Porto Alegre, v. 24, 45-53, set. 2010.

BRASIL. *Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm>. Acesso em: 02 set. 2014.

_____. *Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm#art92>. Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. *Lei nº 11769*, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Brasília, 2008. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm>. Acesso em: 29 ago. 2014.

_____. Ministério da Educação. *Portaria 1793/94*. Brasília, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

_____. Ministério da Educação. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. MEC, SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

IBGE. *Cartilha do Censo 2010: Pessoas com deficiência*. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

LOURO, Viviane. *Fundamentos da aprendizagem musical da pessoa com deficiência*. São Paulo: Editora Som, 2012.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães. FILHO, Teófilo Alves Galvão. Orgs. *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 17-24.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. In: *Educar*. Curitiba: Editora UFPR, 2009, n. 33, p. 143-156.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. Ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

RABÊLLO, Roberto Sanches. A formação continuada do professor de arte na perspectiva de uma inclusão inclusiva. In: *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 347 – 355.

UNESCO. *Declaração de Salamanca*. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha: 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 26. Ago. 2014.